

TERRITÓRIOS E DIREITOS HUMANOS DOS JOVENS NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL

Margarita Rosa Gaviria Mejia¹

Resumo: Considerando a diluição de fronteiras entre o urbano e o rural, neste artigo adoto o conceito de território para pensar os espaços sociais e culturais do Vale de Taquari no Rio Grande do Sul, em vista de que nesse panorama as fronteiras entre o rural e o urbano se entrecruzam. E na construção desses territórios, foco a atenção nos posicionamentos de identidade e de alteridade dos jovens em relação aos territórios sociais pelos quais transitam.

Analiso o papel dos jovens na construção de territórios sociais, salientando a heterogeneidade de conteúdos na categoria “jovem”. Mostro quais são os fenômenos sociais que revelam a vulnerabilidade a que está exposta esta geração e qual é seu papel na reprodução do modo de vida agrícola. Discorro acerca da ambiguidade que caracteriza seu posicionamento no âmbito do modo de vida agrícola e enquanto indivíduos, e como essa ambiguidade favorece a criação de territórios sociais, alguns dos quais representam ameaça à segurança pública, incitando a atuação de órgãos públicos na prevenção e no combate à violência. Por último, assinalo iniciativas de políticas públicas destinadas a melhorar as condições de vida dos jovens, visando a prevenir a inserção em territórios de violência. Aponto também os paradoxos dessas políticas públicas, as tensões entre a aplicação dos direitos humanos dos jovens e as práticas culturais. E concluo, inspirada em Garland (2005), que, para as políticas públicas serem efetivas, elas precisam ser condizentes com os valores sociais e culturais dos setores da população aos quais estão direcionadas.

Palavras-chave: Jovens. Território. Direitos humanos. Espaço.

Introdução

Na primeira incursão ao interior do Rio Grande do Sul, no Vale de Taquari, interessada em analisar os espaços sociais e culturais que compõem este universo e a atuação dos jovens neles, indago pelo significado de categorias do espaço como formas de conhecimento e pelo papel dos jovens na reprodução de um modo de vida agrícola e na construção de novos territórios. Tendo em conta que os jovens têm uma atuação decisiva na reprodução e construção de novos espaços sociais, eles são peça fundamental neste processo da interconexão de valores entre o rural e o urbano por meio da mobilidade física e social.

¹ Antropóloga, Professora Doutora da Área de Humanidades e do PPGAD da UNIVATES, Lajeado RS.

Enfatizo as representações do espaço, pois os atores sociais se posicionam no espaço de maneira reflexiva. Quer dizer, as representações são manipuladas para justificar as ações, as ações modificam as representações, e, nessa relação entre ações e representações *do* espaço e *no* espaço, se constroem os territórios.

Para refletir sobre essas representações me apoio em trabalhos acadêmicos que indagam pelo significado social do rural, a relação rural-urbano e o território, no marco das transformações sociais, econômicas e culturais em curso no mundo contemporâneo. Quanto à noção do rural, os estudos revelam uma pluralidade de sentidos atribuídos a essa noção na atualidade. O rural se refere a um espaço físico, a um espaço social, a uma imagem, a uma mentalidade, a um estilo de vida, à agricultura e/ou a outras atividades econômicas, à natureza, a um espaço de turismo e lazer. Em suma, seu conteúdo pode estar centrado no cultural, no ocupacional ou no ecológico (DURAN,1998).

Nas deliberações acerca do rural, dois postulados estão imbricados. O primeiro deles trata de um dos significados do rural: “a agricultura”, categoria polissêmica, de conteúdo econômico, cultural e social; valorizada, não apenas como setor da economia, mas por sua dimensão imaterial, representa um modo de vida. Baseada no pronunciamento de Goodman e Watts (1994), em sua referência à Inglaterra dos anos 80 e em estudos recentes sob o tema multifuncionalidade da agricultura (CARNEIRO; MALUF, 2003), argumento que a agricultura é cada vez mais residual em termos de investimento econômico, no entanto, continua tendo importante presença social e ideológica na elaboração das representações do rural. Quer dizer, a atividade agrícola exerce um papel simbólico muito importante nas comunidades rurais.

Outro postulado diz respeito à relação rural-urbano. Contrariamente a uma visão dicotômica, olha-se para o rural com ênfase nas relações decorrentes de sua integração com o urbano em termos populacionais, de valores, de ocupações, entre outros. Esses universos estão em comunicação permanente, veiculada pela mobilidade física e social dos atores sociais entre espaços diversos. Por meio da mobilização rural-urbano-rural trocam-se informações, valores e culturas. Acontece o que Carneiro (1998: 61) define de “movimento em direção dupla, de um lado, a reapropriação dos elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, do outro, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo uma situação que pode alimentar a sociabilidade”. Corresponde a um novo modo de espacialização do social que articula e transforma simultaneamente a cidade e o campo, influenciado pela facilidade de transporte e pelas demandas sociais de uma educação avançada.

Nesta ordem de ideias, o rural e o urbano contêm diferenças classificatórias mutuamente relacionadas, pois as referências físicas, econômicas e culturais de ambos universos estão interconectadas, e com base nelas afirmam-se identidades (WANDERLEY, 2000; REMY, 1993). Nos termos de Rambaud (1969) e Chamboredon (1980), o processo de “urbanização do espaço rural”, em vez de atenuar as diferenças, reforça as identidades e particularidades apoiadas no pertencimento ao local. São identidades que se sustentam em aspectos sociais,

culturais e naturais do modo de vida no campo. Esse fenômeno é elucidado em comunidades do Vale do Taquari onde os jovens valorizam e recriam a origem europeia (alemã ou italiana) nos discursos, manifestando a identidade com práticas culturais ligada à produção e ao consumo de alimentos, próprias da cultura alemã e da cultura italiana.

A alusão à diversidade de significados do rural, à dimensão imaterial da agricultura e à visão não dicotômica da relação rural-urbano, referidas nos parágrafos anteriores, se insere no debate do desenvolvimento rural, elaborado com o intuito de erradicar a pobreza rural e promover a participação dos atores sociais nas políticas públicas, a sustentabilidade ambiental e o fortalecimento da agricultura familiar. Objetiva, portanto, exortar mudanças de ordem econômica, social e ambiental no meio rural. Tal como assinala Schneider (2004), as considerações nas quais se sustenta esse debate são construídas em um contexto intelectual e político que procura repensar o desenvolvimento rural nos termos em que tinha sido moldado. Isto é, pelo crescimento econômico planejado e implementado por regiões, quando as regiões eram definidas por marcas geográficas dos espaços e serviam de parâmetro de avaliação do usufruto dos recursos feitos pelos homens e dos rendimentos por eles gerados. Media-se a taxa de crescimento econômico por meio do PIB e da renda *per capita*. No entanto, o anacronismo da ideia do desenvolvimento restrito ao crescimento econômico é superado, ao mesmo tempo em que cobra maior importância à participação dos atores sociais nos programas implantados e há um reconhecimento da diversidade de caminhos que seguem os processos.

Visando a uma mudança na implementação de políticas públicas, abre-se um conglomerado de ações e estratégias com o intuito de favorecer a reprodução social e econômica das famílias rurais. Nesse contexto o território se torna referência para a atuação do Estado na formulação de políticas públicas. Cria-se, no Brasil, dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário, uma Secretaria de Desenvolvimento Territorial, no âmbito da qual o território é uma noção operativa (SCHNEIDER, 2004).

Paralelamente à introdução do território como instrumento de políticas públicas, ocorrem, no âmbito acadêmico, discussões teóricas sobre os recursos do conceito de território para analisar ambientes nos quais se entrecruzam diversos espaços sociais e culturais. Sob essa ótica, o território se revela uma noção de grande utilidade, já que com base nela é possível delimitar fronteiras entre espaços heterogêneos, examinar a dinâmica de composição e recomposição de espaços segundo interesses e valores diversos dos atores sociais. O território é uma categoria usada para designar conjuntos de relações entre atores sociais e destes com o espaço físico e social. Contudo, a amplitude e a complexidade dos campos de relações diferem; pois, por um lado, designa o conjunto das relações que compõem a coletividade, isto é, o ator coletivo; por outro, alude a campos de relações que compõem a coletividade. Então, compreende duas dimensões: a coletiva e a relacional.

Com base nessas ideias, a proposta neste artigo consiste em vasculhar a referida heterogeneidade social e cultural, tomando como eixo de análise a situação de jovens nascidos no interior do Rio Grande do Sul. Nesse contexto, viso a mostrar a complexidade da categoria social jovem; os diversos significados sociais que ela evoca; os papéis que desempenha o jovem na reprodução do modo de vida agrícola; os territórios sociais em que atua o jovem e as peculiaridades dessa ação; as situações de risco em que se encontra; a vulnerabilidade à violência e à exclusão social vivenciada por uma parcela da população jovem e, por último, os empecilhos na aplicação das políticas públicas que “protegem” estes atores sociais perante ameaças a direitos básicos como o direito à vida.

Os jovens na reprodução social do modo de vida agrícola

De um modo geral, quando se fala em jovens se pensa em faixa etária. É o que acontece, por exemplo, com os dados do IBGE. Este instituto se apoia na classificação dos órgãos internacionais, conforme a qual jovem é quem está na faixa etária entre 15 e 24 anos, margem de idade que no Brasil alongou-se entre 16 e 34 anos, devido ao aumento da expectativa de vida (FRIGOTTO, 2004). Mas abordar as peculiaridades de uma realidade específica dos jovens implica reconhecer a diversidade de situações que eles experimentam.

O critério etário não pode ser o único elemento de referência para identificar a condição juvenil. É preciso desubstancializar as categorias jovem e juventude e mostrar que, se de um modo geral ambas as categorias aludem a uma fase transitória entre ser criança e ser adulto, o processo de mudança de uma fase para outra não é homogêneo. Para além dos limites fisiológicos, a fase de transitoriedade encontra-se identificada por uma determinação cultural (POCHMAN, 2004). Nos termos de Novaes (1998), “a juventude não é uma referência natural e biológica e sim uma categoria classificatória cultural e histórica”. Além disso, é uma fase da vida marcada pela ambivalência: ao mesmo tempo em que busca a emancipação assume uma posição de subordinação (NOVAES; VIANNUCHI, 2004). Portanto, não se pode falar em juventude em geral, é preciso caracterizar o universo social dos jovens observados, para assim distinguir suas demandas, interesses e elementos de identificação.

Considerando a especificidade de cada situação, foco a atenção em jovens do interior do Rio Grande do Sul que acompanham um processo de mudança social e cultural que interfere na reprodução social do modo de vida agrícola. Eles desempenham papéis e ocupam posições decisivas no desenvolvimento da sociedade. Como nota Novaes (1998, p. 8), “os jovens são os alvos de mudanças sociais em curso. Eles são os mais atingidos pela retração do mercado, pela terciarização e flexibilização das relações de trabalho”.

No contexto das comunidades agrícolas, os jovens representam a faixa demográfica mais afetada pela dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos (CARNEIRO, 1998). Eles são especialmente vulneráveis aos processos de transformação do sistema de produção agropecuária e do estilo de vida agrícola. Corresponde a esses atores sociais tomar posições com repercussões

na reprodução social das comunidades agrícolas, apesar das limitações por causa da progressiva diminuição do contingente de jovens no meio rural brasileiro, onde, segundo os dados do IBGE de 2010, apenas 16% da população jovem vive no meio rural.

Esses dados quantitativos, confrontados com estudos empíricos da realidade dos jovens no meio rural, apontam que a maturação dos jovens no meio rural é mais precoce do que em outros setores sociais. E, de uma perspectiva de gênero, o compromisso com a reprodução social da agricultura familiar é menor no universo feminino do que no masculino, indica o exame das práticas econômicas (agrícolas e não agrícolas) que desenvolvem os jovens para satisfazer suas necessidades alimentares e as de suas famílias.

A partir de reflexões sobre a dimensão simbólica da agricultura, postulo, com base em conversas com alguns dos jovens agricultores do universo empírico estudado, que um dos fatos que mais contribui para o esvaziamento da população na agricultura é o êxodo feminino. A mulher migra, pois nas posições que ocupa na família de agricultores, como filha e esposa, está subordinada à autoridade masculina (dos pais, até o casamento, e a do marido, após o casamento), impedindo-lhe se realizar como indivíduo. Em ambas as situações, sua atividade limita-se à esfera doméstica e à ajuda na agricultura, sem direitos na propriedade familiar (GAVIRIA; PEZZI, 2007). Portanto, sair da família e da comunidade representa a possibilidade de “crescer” socialmente, melhorar de status, o que, na maioria das vezes, acontece por meio do investimento em educação, da inserção no mercado de trabalho urbano ou do casamento com homens provenientes de meios urbanos. Esse quadro que leva à masculinização do campo e desanima o remanescente de jovens a permanecer na agricultura.

Outro fato que estimula indiretamente a deserção dos jovens dos ambientes rurais é a escassez da representatividade. Eles não possuem direitos legalmente estabelecidos para atuar na política e participar de decisões que os afetam individualmente e afetam suas comunidades de origem. Além da falta de participação política, a educação, percebida como um veículo de mudança da atividade agrícola para atividades não agrícolas (FERRARI et al., 2004), tem forte incidência sobre a migração dos jovens para centros urbanos. Paradoxalmente, quando se vinculam a espaços sociais diferentes dos deles, sofrem com situações de marginalidade e preconceito, devido à origem rural – questão elucidada ao escutar as categorias pejorativas utilizadas para inferiorizá-los, como a de “colono”.

Enfatizo a situação dos jovens, descendentes de famílias de agricultores, que transitam por espaços urbanos e rurais, já que esses atores sociais vivenciam com maior intensidade a ambiguidade característica do meio social contemporâneo. Desta perspectiva, a juventude corresponde a uma fase do indivíduo em que projetos para o futuro são acompanhados de estratégias com graus variados de idealização, oscilam entre uma vida individualizada, investir na educação, e o compromisso familiar, que pode estar relacionado à ruptura ou continuidade da atividade agrícola (CARNEIRO, 1998).

Identifiquei tal ambiguidade em pesquisas de campo² realizadas nos marcos do projeto sobre *multifuncionalidade da agricultura* (MALUF, 2003), quando agricultores(as) entrevistados(as) manifestaram-se simultaneamente favoráveis, dadas as dificuldades de investimento na atividade agrícola, por um lado, à migração de seus filhos em busca de oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho urbano; por outro, à permanência dos jovens no meio rural como forma de garantir a reprodução social dessa agricultura familiar. A referida ambiguidade favorece o envolvimento dos jovens em novos territórios sociais.

Os jovens em territórios de violência

Num ambiente de transformações de atividades econômicas, sociais e culturais no interior gaúcho estudado, muitos jovens são estimulados a procurar novas formas de vida em áreas urbanas de municípios polo de desenvolvimento, onde o comércio, a indústria e a construção civil são o motor de uma economia em crescimento constante, e a oferta de trabalho é abundante e diversificada. O município polo de empregos do Vale de Taquari é Lajeado, para onde se deslocam todos os dias cerca de quatro mil pessoas de outras localidades, mas nem todos dispostos a trabalhar em setores básicos³. Dessa população economicamente ativa, parte atua no ramo de atividades formais e outra em informais. Os jovens nesse contexto são protagonistas de uma espécie de revolução industrial e, da mesma forma que aconteceu durante a revolução industrial na Inglaterra do século XIX, nem todo o contingente da população que migra para os polos urbanos, como Lajeado, se estabelece em condições favoráveis.

Alguns jovens do interior gaúcho, por diversas razões, se envolvem em atividades econômicas periféricas, ligadas ao tráfico de drogas e a outros crimes. É comum que os jovens se tornem usuários de drogas e encontrem no crime sua sobrevivência. São absorvidos pelo tráfico e a partir dele adquirem poder econômico⁴. É um assunto que merece um estudo aprofundado. Por enquanto, quero salientar aqui que uma parcela ampla de jovens que migra para os grandes centros urbanos mora e trabalha nas periferias das cidades, sendo vítimas da exclusão social decorrente do déficit na formação tecnológica necessária que os capacite para se desenvolver nas empresas que surgem nas áreas de produção e construção civil⁵. Porém, a exclusão social do setor formal da economia também pode ocorrer

2 Tanto em pesquisa de campo realizada em Paraty, Rio de Janeiro, em 2002, quanto em pesquisa de campo realizada em comunidades de agricultores familiares no Vale do Taquari no Rio Grande do Sul.

3 Informação publicada no artigo: “Colapso de mão de obra abala o Vale de Taquari”, no caderno TUDO Um Vale de Alimentos, do Jornal A Hora, na edição de novembro de 2012. p. 6.

4 É o balanço do comandante da Brigada Militar do Vale de Taquari.

5 Para cobrir esse déficit de capacitação técnica dos jovens, vai ser instalada em Lajeado, em dois anos, uma Escola Técnica Federal.

por eles encontrarem nas atividades econômicas periféricas, vinculadas ao crime, maior rentabilidade.

Por essas e outras razões que merecem atenção, um setor da população jovem se identifica com territórios de violência, e neles atua passando a ser protagonista da insegurança pública que acomete cidades do interior gaúcho. É frequente o envolvimento do jovem em fenômenos de violência simbólica ou real, no lugar de vítima ou de protagonista. Daí provém a associação que o senso comum faz entre migração social massiva e vulnerabilidade dos jovens à violência.

Desse modo, a violência é um fenômeno que configura a nova situação social dos jovens e é um indicador de suas dificuldades de inserção em territórios sociais legais. Esse fenômeno acontece estimulado pela mobilidade social, decorrente da flexibilidade das fronteiras físicas e simbólicas entre o rural e o urbano. No marco do qual se constroem “territórios de violência”, que correspondem a espaços onde as pessoas se defrontam permanentemente com fenômenos violentos.

As características da violência praticada em áreas urbanas do interior do Rio Grande do Sul imprimem uma marca específica às relações sociais e às relações das pessoas com o espaço. Assim, a violência em municípios polo de desenvolvimento como Lajeado é uma situação que mantém em alerta as autoridades governamentais dos âmbitos municipal, estadual e regional. Para ilustrar a ideia, nesse município, cada uma dessas instâncias governamentais desenvolve um projeto diferente de prevenção e combate à violência em ação conjunta com ONGS e a sociedade civil. O município, por meio da Secretaria de Saúde, desenvolve um “Programa de Prevenção da Violência (PPV)”; o Ministério Público coordena um “Fórum Municipal de Enfrentamento à Drogadização”, e a Coordenadoria Regional de Saúde implementa o “Plano Regional de Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes no Rio Grande do Sul”.

Nas discussões, esses organismos abordam principalmente a violência protagonizada por jovens, atribuindo às drogas, ao descaso familiar e à evasão escolar as causas desse problema social. Discutem a necessidade de se organizar para exercer um controle social, responsabilizando principalmente a polícia e as escolas por essas ações. Raras vezes aludem à violência contra adolescentes e crianças no âmbito doméstico e escolar.

Ao participar de reuniões sobre o problema da violência em Lajeado⁶, chamou-me a atenção o fato de o suicídio não ser colocado na mesa de discussões, apesar de as estatísticas sobre violência apresentadas pela Secretaria de Segurança Pública e da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul indicarem que o suicídio é a forma de violência mais expressiva em Lajeado e municípios vizinhos⁷. Não há interesse numa mobilização pública por parte de instituições governamentais e

6 Quando estive atuando como voluntária do Instituto Movimento Chega de Violência, participei de reuniões de discussão sobre o fenômeno da violência em Lajeado, RS.

7 Lajeado está entre as vinte cidades brasileiras com mais de 50.000 habitantes com maiores índices de suicídio. Informação publicada no Jornal Zero Hora de 23 de maio de 2012, na página 22.

ONGs em torno de problema, encarado como assunto de saúde pública, portanto de responsabilidade da Secretaria de Saúde Estadual.

O suicídio também é silenciado pelos meios de comunicação por considerar que noticiar esses fatos potencializam atos suicidas. A diferença no tratamento entre o suicídio e outros fenômenos de violência ocorre porque o suicídio é uma morte autoinfligida, portanto, não ameaça o outro. Não produz o sentimento de medo que gera práticas ou ameaças de violência contra a integridade individual ou patrimonial das pessoas, fatos sem controle do sujeito ameaçado ou vitimado. Esse argumento desenvolveu-se apoiada numa pesquisa realizada num bairro do município de São Leopoldo no Rio Grande do Sul⁸, caracterizado por alto índice de criminalidade, em que analiso os sentimentos vivenciados em ambientes dominados pela violência.

Na análise dos sentimentos vivenciados neste território de violência, observo que as ameaças do outro provocam medo, estimulando nas pessoas a criação de estratégias de prevenção e proteção contra os perigos. Em situação de risco, o medo, no lugar de paralisar o sujeito, potencializa sua capacidade de ação, incita o desenvolvimento de mecanismos de defesa da vida. Deste modo, padrões emocionais intervêm na definição de quais fatos devem ser considerados essenciais para a ação defensiva e quais devem ser descartados, como o suicídio.

O imaginário do medo possibilita ao Estado, e demais entidades representantes do poder social, desenvolver medidas cada vez mais autoritárias, leis cada vez mais punitivas, legitimadas por demandas sociais de proteções reais ou imaginárias contra a violência. Dentro dessa linha de pensamento, o medo contribui para o fortalecimento de uma ordem, de uma dominação institucional ampla e da restrição de espaços de convivência social. Essas demandas são colocadas, principalmente, por camadas altas da sociedade, as quais se sentem vulneráveis às ações dos jovens que compõem a maior parte do contingente da população excluída socialmente.

Direitos humanos de jovens e adolescentes e prevenção à violência

O conhecimento dos conflitos sociais que surgem em decorrência da exclusão social dos jovens afetados por transformações no ramo produtivo e nas relações sociais, no mundo contemporâneo, inspiraram juristas e intelectuais a pressionarem por mudanças nos estatutos públicos e em ações governamentais que beneficiassem os direitos sociais de crianças, adolescentes e jovens (SPOSITO; CORROCHANO, 2005; NOVAES, 2002). Esses atores sociais ingressaram na agenda pública brasileira como sujeitos de direitos, em 1990, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Considerada “uma das mais avançadas leis existentes no mundo” (BRASIL, 2005), o ECA foi decisivo para dar visibilidade aos direitos da infância e adolescência, porém era restrito ao universo do jovem e/ou adolescente até os 18 anos.

8 Pesquisa desenvolvida no Pós-doutorado em Violência e Cidadania dentro do Programa de Pós-Graduação de Sociologia da UFRGS, de 2006-2008.

Com o objetivo de incluir na agenda política jovens acima dos 18 anos e questões relacionadas à juventude, o Governo Federal brasileiro toma medidas emergenciais. E foca a atenção no jovem em situação de risco social, por ser o ator social mais atingido pelas transformações no mundo do trabalho e pelas distintas formas de violência física e simbólica que caracterizam o século XXI. Contudo, da ótica pública, a singularidade da experiência social da geração jovem é importante, mas não é suficiente.

Reconhecendo a complexidade do universo jovem e as múltiplas singularidades, o Governo Federal cria, em 2004, um grupo interministerial encarregado de fazer um diagnóstico da situação dos jovens brasileiros e elaborar programas federais para esse segmento populacional. Para tal contou com a colaboração de técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na produção de informações estatísticas, incorporou resultados de pesquisas realizadas pela UNESCO e pelo Projeto Juventude do Instituto Cidadania. Os resultados desse trabalho levaram a estabelecer uma Política Nacional de Juventude, cujas implementação e coordenação cabem à Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República.

A partir da nova concepção da juventude como um segmento social portador de direitos e protagonista do desenvolvimento nacional, é lançado em 2005 o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – Projovem:

[...] voltado especificamente para o segmento juvenil mais vulnerável e menos contemplado por políticas públicas vigentes: jovens de 18 a 24 anos que não estão matriculados nas escolas e não têm vínculos formais de trabalho. O Programa assume, ao mesmo tempo, caráter emergencial - atendendo um segmento que tem necessidade de chegar ainda jovem ao ensino médio - e caráter experimental, no curso de formação - ao basear em novos paradigmas sua proposta curricular, que trata de forma integrada a formação geral, a qualificação profissional e o engajamento cívico (BRASIL, 2005, p. 5).

No nascimento desse programa, as representações dominantes sobre os jovens apontavam para a imagem de uma juventude perigosa, potencialmente violenta, que necessitava da ampla intervenção da sociedade para assegurar seu trânsito para a vida adulta. Um de seus compromissos relaciona-se com a intensificação das ações de prevenção do fenômeno da violência (SPOSITO; CORROCHANO, 2005). Quer dizer, tanto o ECA quanto o Projovem são iniciativas governamentais que buscam proteger os jovens contra a violência, isso em um contexto onde a violência é qualificada pela sociologia como marca da sociabilidade contemporânea, invertendo as expectativas do processo civilizatório (ELIAS, 1990; 1993). Nessa ordem de ideias, a violência desempenha um papel socializador, se impõe como norma, mesmo que os elementos que a definem mudem conforme o contexto social ou cultural.

A naturalização de certas práticas de violência dificulta a aplicação de políticas públicas. Geralmente essas “minorias” (jovens e adolescentes) são vítimas da violência simbólica (BOURDIEU, 2003), inerente a práticas culturais instituídas nas sociedades como naturais e vivenciadas de maneira inconsciente. Inserem-se em

relações de forças que impõem um conjunto de disposições inscritas há milênios na estrutura social e na subjetividade das estruturas mentais, diferenciadas por gênero, classe ou grupo de status.

Acontece que essa violência simbólica, estruturante das relações sociais, confronta-se com o estatuto político-jurídico dos estados democráticos de direito, que voga pelos direitos civis, estabelece que todos somos portadores dos mesmos direitos e deveres e defende a universalidade dos direitos na juventude. Essa situação faz com que, para os agentes públicos, a defesa dos direitos humanos de jovens e adolescentes esteja carregada de tensões. Mas são tensões decorrentes tanto das disposições sociais que favorecem a violência contra “minorias” quanto da concepção do jovem como indivíduo portador de direitos, análogos aos que desfrutam os indivíduos adultos, e sua condição peculiar de alguém considerado em formação. No caso do jovem adolescente, ser menor por idade significa não ter autonomia plena, estar formalmente submetido à autoridade de outra pessoa, conjunto de pessoas ou mesmo instituições. Significa ser objeto de uma ação tutelar cuja legitimidade deriva do compromisso moral de proteger aqueles que não podem proteger a si próprios (FONSECA, 2004).

Outro problema que se coloca para a aplicação de políticas públicas a favor dos direitos de pessoas menores de idade é a sacralização da privacidade das relações domésticas. Esta dificuldade, em inúmeras situações, que os abusos contra esses direitos transcendam para a esfera pública. Essa conjuntura é favorecida pelo fato de jovens e adolescentes serem um grupo de pressão fragil no âmbito da esfera pública.

Assim, é preciso levantar algumas considerações sobre tensões e ambiguidades que marcam as orientações e os programas das políticas públicas cujo alvo são os direitos dos jovens. Os estudos apontam que, apesar da unanimidade acerca do caráter legítimo das ações, no âmbito de políticas públicas há conflitos, manifestos em dois sentidos. Por um lado, há a disputa por recursos destinados a políticas sociais e o fato de muitas vezes as ações estarem superpostas, pois não nascem de uma estratégia clara de formulação de políticas (RUA, 1998) Por outro, o conflito sinaliza um locus de disputa em torno de modelos normativos (SPOSITO; CORROCHANO, 2005) que orientam as representações de violência e de direitos dos jovens.

Neste escopo, é preciso reconhecer que as normas das políticas destinadas a esses sujeitos prescrevem. Em vista disso, os conteúdos simbólicos que incidem sobre expectativas de disseminação de condutas são considerados adequados apenas para um determinado espaço e um determinado momento histórico.

A respeito do anterior, cabe salientar a posição endossada nestas reflexões em relação aos discursos em defesa dos direitos humanos. Em primeiro lugar, os direitos humanos não se realizam em abstrato senão a partir de uma situação histórica e social concreta, decorrem de transformações estruturais manifestas tanto nos elementos que definem o campo de direitos quanto na ordem social e cultural (GARLAND, 2005). Nesse processo de transformação, vislumbram-se mudanças de valores, de racionalidades, de interesses políticos e de significados

culturais que dão suporte a novas estruturas jurídicas. Também estabelecem-se novos mecanismos e estratégias institucionais que conectam as instituições públicas com outras instituições, sendo a mudança mais significativa a posição ocupada pelos direitos humanos na imaginação cultural.

Em segundo lugar, nem sempre o discurso a favor dos direitos humanos é condizente com as práticas. Muitos atores políticos, defensores da paz, das liberdades e igualdades, para atingir esses ideais, recorrem a práticas que desrespeitam os direitos humanos. É o que se observa frequentemente na atuação da polícia.

A polícia, como mostram estudos sobre o tema (RUSSO, 2011) e informações dos meios de comunicação, usa a violência no exercício do controle social, a qual atinge principalmente o setor jovem da população e se traduz numa prática de violação e desrespeito aos direitos humanos. Essa atitude contradiz o princípio orientador das ações dessa instituição: a promoção dos direitos humanos (SOARES, 2003) consignada no artigo 12 da Declaração dos Direitos dos Homens e dos Cidadãos em 1789, conforme o qual, para garantir os direitos do homem e do cidadão, é necessária uma força pública, a polícia como serviço público à disposição da população (RUDNICKI, 2011).

O emprego da violência como instrumento de poder da polícia é uma estratégia utilizada para responder à falta de poder social e à perda de legitimidade institucional que ela detém. Como nota Michaud (1982), o trabalho policial “não está necessariamente de acordo com os processos formais de legalidade. O objetivo da polícia é a aplicação eficiente de certas leis e regras e a manutenção da ordem, muito mais do que o respeito integral da legalidade” (p.98). Nessa ordem de ideias, Ribeiro (2004, p. 30) pondera que os policiais, enquanto atores políticos, “visam instrumentalizar suas interpretações para legitimar as ações e posições assumidas”.

Mas a polícia na sociedade contemporânea não é a única instituição não condizente com a luta pelos direitos humanos dos jovens. A ela somam-se instituições tradicionais como a família patriarcal e as escolas que impõem a autoridade na vida dos jovens mediante o uso da violência, desconsiderando seus direitos. Portanto, urge a intervenção do poder público e da sociedade civil em geral para dar uma virada na situação, permitindo um crescimento digno desse setor da população no âmbito dos territórios sociais que habita.

Para a aplicação de políticas públicas em defesa dos direitos humanos dos jovens e/ou na procura por mecanismos de controle social da violência contra eles e entre eles é necessário levar em conta os contextos históricos, sociais e culturais nos quais os jovens se desenvolvem.

Esses objetivos podem ser atingidos se as políticas públicas são elaboradas conforme os valores sociais e culturais da sociedade, reconhecendo suas transformações. Quer dizer, seguindo a orientação teórica de Garland (2005), é importante direcionar o olhar, além dos políticos e dos delineadores de políticas públicas, para as condições sociais e culturais que estruturam as decisões políticas e fazem que certos projetos sejam concebidos e executados.

Considerações finais

As transformações sociais econômicas e culturais da contemporaneidade, associadas à era da informática e ao mundo globalizado, onde o conhecimento é elemento de poder, estimula a mobilidade física e social dos jovens do Vale de Taquari, com o apoio das famílias, a procurarem caminhos não trilhados pela geração dos pais, mas por jovens de diversos pontos do planeta: a formação em cursos de ensino superior como condição necessária do crescimento profissional e pessoal. Essa atividade, no Vale do Taquari, na maior parte das vezes, os jovens desenvolvem de forma paralela às atividades laborais.

Mas nem sempre a mobilidade física e social dos jovens se dá nessas condições, pois alguns deles não culminam o ensino secundário e não estão vinculados ao mercado de trabalho formal. Isto é, o deslocamento dos jovens, em certas circunstâncias, não se dá em condições favoráveis para o crescimento individual e social. Eles sofrem as consequências da falta de preparo técnico e educativo para suprir as demandas do mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, correm o risco de serem contaminados pela epidemia das drogas, mediadora das relações entre jovens, e passam a circular por territórios de violência onde o consumo e o tráfico de droga são praxis. Nesse âmbito, os jovens se defrontam permanentemente com práticas de violência, seja como vítimas, seja como protagonistas.

Os representantes do poder público e da sociedade civil, ao dirigirem a atenção para o universo social de jovens excluído socialmente (voluntária ou involuntariamente), os veem e os tratam como praga que deve ser extinta. Por sua vez, as instâncias governamentais que elaboram políticas públicas dirigidas para esse setor da população se preocupam com a situação de risco em que ele se encontra e elaboram programas e projetos de lei que objetivam resolver esse problema social, mas são programas e estatutos de difícil aplicação, pois não contemplam no desenho as diferenças sociais e culturais entre a geração jovem.

Além disso, a luta do poder público pelos direitos dos jovens esbarra em concepções culturais particulares e com a sacralização do poder de instituições tradicionais como a família, escola e polícia – instituições que têm por função velar pelo crescimento e integridade individual e social dos jovens, só que, na prática, para fazer valer a autoridade, os representantes dessas instituições (pais, professores e polícia) muitas vezes recorrem à violência.

Enfim, as reflexões desenvolvidas ao longo deste artigo revelam a necessidade de que em regiões como o Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, e em municípios polo de desenvolvimento, como Lajeado, se analise o processo de mobilidade física e social dos jovens e se reflita sobre sua situação nos territórios sociais de origem e nos territórios sociais para onde migra, e, a partir dessas reflexões, se examinem os vácuos que lhes impedem de alcançar seus direitos humanos e sociais. É preciso acompanhar a trajetória desses jovens e apontar mecanismos que evitem a inserção deles em territórios de violência, focando a atenção, principalmente, na população jovem mais vulnerável socialmente.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral da Presidência da República Coordenação **Nacional do ProJovem. Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária**. 2005. Disponível em: <http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_Biblioteca/Documentos/projovem.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2012.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**, 2006. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/guia-de-politicas-publicas-de-juventude>>. Acesso em: 5 nov. 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbarno: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos et al. (Orgs.). **Mundo rural e política**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- CHAMBOREDON, Jean Claude. Les usages urbains de l'espace rural: du moyen de production au lieu de récreation. **Revue Française de Sociologie**, Paris, v. 21, p. 97-119, 1980.
- DURAN, Francisco Entrena. Viejas e Nuevas imágenes sociales de ruralidad. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 76-98, 1998.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador - uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. I. 1990,
- _____. **O Processo Civilizador - formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. II. 1993.
- FERRARI, Dilvan Luiz et al. Dilemas e estratégias de jovens rurais: ficar ou partir? **Revista de Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, out., 2004.
- FONSECA, Claudia; TERTO, Veriano; ALBES, Caleb (Orgs.). **Antropologia, Diversidade e Direitos Humanos: diálogos interdisciplinares**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. **Juventude e Sociedade**. Trabalho, educação, cultura e participação. Instituto Cidadania. Editora Fundação Perseu Aramo, junho, 2004.
- GARLAND, David. **La Cultura del Control: crimen y orden social em la sociedad contemporánea** (Traducción: Máximo Sozzo). 1. ed., Barcelona: Editorial Gedisa, 2005.

GAVIRIA MEJIA, Margarita Rosa. Os posseiros e a arte da negociação política. In: PESSANHA, Delma. (Org.) **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. Formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. Controle social expresso em representações sociais de violência, insegurança e medo. In: **Sociologias**, a, 10, n. 20, p. 72-107, jul./dez., 2008.

_____. O “território” na análise da ruralidade: reflexões elaboradas a partir da situação de um assentamento do INCRA. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 11, p. 25-36, 2006.

GAVIRIA; PEZZI. O poder simbólico da renda na mobilização social de jovens de comunidades rurais. In: MENASCHE, Renata (Org.). A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale de Taquari. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

GOODMAN, David; WATTS, Michael. Reconfiguring the rural or fording the divide?: capitalist restructuring and the global agro-food system. **Peasant Studies**, London, v. 22, n. 1, oct. 1994.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Editora Ática, 1982.

NOVAES, Regina. **Do corpo e alma**: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. **Juventude e Sociedade**. Trabalho, educação, cultura e participação. Instituto Cidadania. Editora Fundação Perseu Aramo, junho, 2004.

POCHMANN, Marcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. **Juventude e Sociedade**. Trabalho, educação, cultura e participação. Instituto Cidadania. Editora Fundação Perseu Aramo, junho, 2004.

RAMBAUD, Placide. **Société rurale et urbanization**. Paris, Seuil, 1969.

REMY, Jean. Le rural et l’urbain entre la coupure et la différence. La métamorphose des relations villes/campagne. **Espaces et Sociétés**, Paris, v. 72, p. 31-47, 1993.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Cultura, Direitos humanos e Poder. Mais além do império e dos humanos direitos. Por um universalismo heteroglóssico. In: FONSECA, Cláudia; TERTO JÚNIOR, Veriano; ALVES, Caleb Faria. (Orgs.). **Antropologia, Diversidade e Direitos Humanos**: diálogos interdisciplinares. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

RUA, M. G. As políticas públicas e a juventude nos anos 90. In: BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. CNPD - Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998.

RUDNICKI, Dani. A Polícia (brasileira) contemporânea no Estado Democrático de Direito. In: TAVARES, Jodé Vicente; TEIXEIRA, Alex Niche; RUSSO, Maurício (Orgs.). **Violência e cidadania**: práticas sociológicas e compromissos sociais. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

RUSSO BASTOS, Maurício. Violência Policial Militar em Porto Alegre no início do século XXI. In: TAVARES, Jodé Vicente; TEIXEIRA, Alex Niche; RUSSO, Maurício

(Orgs.). **Violência e cidadania**: práticas sociológicas e compromissos sociais. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, 2004.

SOARES, Luis Eduardo. Prefácio. In: BALESTRERI, R. B. (Org.). **Direitos Humanos**: coisa de polícia. 3. ed., Passo Fundo: CAPEC, 2003.

SPOSITO, Marília Pontes; CORROCHANO, Maria Carla. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 2. nov., 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 87-145, 2000.